



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001588-23.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Pinhalzinho

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 29/2015-CGJ

Período da correição: 5-10-2015 a 4-12-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Pinhalzinho

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Nova Erechim, Pinhalzinho e Saudades

Juiz titular: Márcio Preis

Chefe de cartório: Jackson Marcos Ranzi

Última correição por equipe da CGJ/SC: não houve

Entrância: inicial

Data da instalação/lei de criação: 25-1-1937 / Resolução n. 1, de 2-12-1970

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		3.845
1.1.2	Processos em andamento	3.255	
1.1.3	Procedimentos em andamento	590	
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		1.387
	Cível – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	11	
1.1.4.2	Ag. Encerramento do Ato	122	
1.1.4.3	Ag. Prazo	46	
1.1.4.4	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	3	
1.1.4.5	Concluso - Recurso	5	
1.1.4.6	Concluso para Decisão Interlocutória	5	
1.1.4.7	Concluso para Despacho	47	
1.1.4.8	Concluso para Despacho – Emenda da Inicial	29	
1.1.4.9	Concluso para Despacho Inicial	71	
1.1.4.10	Concluso para Despacho Saneador	36	
1.1.4.11	Concluso para Julgamento Antecipado	24	
1.1.4.12	Concluso para Sentença	11	
1.1.4.13	Cumprir – Urgente	141	
1.1.4.14	Recebido do Juiz - Despacho	2	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.1.4.15	Ag. Encerramento do Ato	35	
1.1.4.16	Ag. Prazo	34	
1.1.4.17	Com Classe Alterada	3	
1.1.4.18	Concluso - Urgente	1	
1.1.4.19	Concluso para Despacho	33	
1.1.4.20	Concluso para Despacho Inicial	9	
1.1.4.21	Concluso para Sentença	2	
1.1.4.22	Cumprir - Urgente	92	
	Execução Fiscal - Processos		
1.1.4.23	Ag. Encerramento do Ato	102	
1.1.4.24	Ag. Prazo	11	
1.1.4.25	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.1.4.26	Concluso para Despacho	37	
1.1.4.27	Concluso para Despacho Inicial	69	
1.1.4.28	Cumprir - Urgente	6	
	Execução Penal - Processo		
1.1.4.29	Ag. Análise do Cartório	2	
1.1.4.30	Ag. Encerramento do Ato	4	
1.1.4.31	Concluso para Decisão Interlocutória	3	
1.1.4.32	Concluso para Despacho	8	
1.1.4.33	Cumprir - Urgente	10	
1.1.4.34	Regime Aberto	3	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 201

1.1.4.35	Regime Fechado	1	
1.1.4.36	Regime Semiaberto	1	
	Família - Processo		
1.1.4.37	Ag. Análise do Cartório	21	
1.1.4.38	Ag. Encerramento do Ato	47	
1.1.4.39	Ag. Prazo	42	
1.1.4.40	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	2	
1.1.4.41	Com Classe Alterada	1	
1.1.4.42	Concluso - Urgente	1	
1.1.4.43	Concluso para Despacho	16	
1.1.4.44	Concluso para Despacho – Emenda da Inicial	2	
1.1.4.45	Concluso para Despacho Inicial	24	
1.1.4.46	Concluso para Despacho Saneador	3	
1.1.4.47	Concluso para Sentença	5	
1.1.4.48	Cumprir - Urgente	54	
1.1.4.49	Recebido do Juiz - Sentença	1	
	Juizado Especial Cível - Processo		
1.1.4.50	Ag. Encerramento do Ato	7	
1.1.4.51	Ag. Prazo	8	
1.1.4.52	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	2	
1.1.4.53	Concluso – Urgente	1	
1.1.4.54	Concluso para Decisão Interlocutória	1	
1.1.4.55	Concluso para Despacho	16	
1.1.4.56	Concluso para Despacho Inicial	5	
1.1.4.57	Concluso para Despacho Saneador	8	
1.1.4.58	Concluso para Sentença	38	
1.1.4.59	Escrivão	1	
1.1.4.60	Petição Inicial	1	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.1.4.61	Ag. Audiência	1	
1.1.4.62	Ag. Encerramento do Ato	1	
1.1.4.63	Ag. Prazo	9	
1.1.4.64	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.1.4.65	Concluso para Despacho	32	
1.1.4.66	Concluso para Despacho Inicial	11	
1.1.4.67	Concluso para Sentença	1	
1.1.4.68	Transação Penal	4	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Distribuição	3	0
1.1.5.2	Ministério Público	49	1
1.1.6	Observações		

a) Informações obtidas em 17-12-2015.
b) O SAJ 5 foi instalado na unidade em 5-5-2014.



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	8.498
1.2.2	Processos em andamento	7.622
1.2.3	Procedimentos em andamento	876
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	1.574
1.2.5	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.

PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	1.201
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	21 1
1.2.8	Distribuição	3 0
1.2.9	Juiz Márcio Preis	905 386
1.2.10	Juíza Heloísa Beirth Fernandes	5 5
1.2.11	Juíza Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt	2 2
1.2.12	Juiz Solon Bittencourt Depaoli	1 1
1.2.13	Ministério Público	151 1
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.14	Advogado	50 4
1.2.15	Delegacia de Polícia	3 3
1.2.16	Perito	6 0
1.2.17	Procuradorias	54 0
1.2.18	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.19	Quantidade total de processos com o juiz	1.734	913	2.647

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2013	3.665	305
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2014	3.238	270
1.2.22	Janeiro a novembro de 2015	3.488	317
1.2.23	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	20	3
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		13	3
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		8	1
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		1	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		14	3
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		8	5
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		21	3
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	168	52
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	19	5



1.3.10	Observações
<p>a) Primeira verificação em 30-9-2015. b) Segunda verificação em 15-12-2015. c) Item 1.3.1: dos 3 registros encontrados na segunda verificação, 1 é antigo. d) Item 1.3.2: os 3 registros encontrados na segunda verificação são posteriores à realização da correição. e) Item 1.3.3: o registro encontrado na segunda verificação é posterior à realização da correição. f) Item 1.3.5: os 3 registros encontrados na segunda verificação são posteriores à realização da correição. g) Item 1.3.6: dos 5 registros encontrados na segunda verificação, 3 são antigos. h) Item 1.3.7: dos 3 registros encontrados na segunda verificação, 1 é antigo. i) Item 1.3.8: dos 52 registros encontrados na segunda verificação, 21 são antigos. j) Item 1.3.9: os 5 registros encontrados na segunda verificação são posteriores à realização da correição. k) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm. As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por <i>e-mail</i> para o endereço eletrônico institucional da unidade.</p>	



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	22	3	119	13
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	18	0	15	9
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	26	5	7	2
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	202	156	220	185
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	5	1
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	48	8	16	7
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	60	6	28	4
1.3.11.8	Cartório - arquivar	8	0	27	9
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	8	6	44	9
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	3	3	2	2
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	52	8	99	4
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	12	1	13	1
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	15	2	8	1
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	508	281	532	314
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	11	3	6	1
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	471	265	488	450
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	4	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				

a) Primeira verificação em 30-9-2015.
b) Segunda verificação em 15-12-2015.
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	4	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		372	0
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		512	408
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		95	52
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		6	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	18	22
		Definitivo	19	25	
1.4.7.1	Réu preso - total		37	47	



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-8-2015)		3.216	1.111	
	Petição intermediária		417	201	
	Peticionamento eletrônico		13	54	
	Mandados		5	0	
	AR		15	3	
	Execução de sentença		8	0	
	Incidente processual		0	0	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	826	41	
	Pauta de audiências		127	11	
	Carga		626	362	
	Cartas recebidas		111	0	
	Processo		47	3	
	Recurso		0	0	
	Usuário		1.021	436	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			1.702	18
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			44	7
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			0	0
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-9-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 1.702 processos, 5 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 1.697 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 16-12-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 18 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 17 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	453	285
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		272	284
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		5	6
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		1	1
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		92	115
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 30-9-2015. a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 16-12-2015. b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de outubro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 30-9-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 9-9-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 242 registros de processos e 378 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, realizou-se amostragem em 20 processos e verificou-se que todos apresentavam cadastro de seus bens no SNBA.</p> <p>a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.</p> <p>a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 16-12-15.</p> <p>b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 2-12-2015.</p> <p>b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 252 registros de processos e 392 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, realizou-se amostragem em 15 processos e verificou-se que todos apresentavam cadastro dos bens no SNBA.</p> <p>b.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.</p> <p>b.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há</p>		



estabelecimentos penais registrados.

b.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.7.2	Observações			
	a) Primeira verificação em 30-9-2015. Existem 3 programas institucionais de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrado(s) no sistema. Destes, nenhum está atualizado.			
	b) Segunda verificação em 16-12-15. Existem 3 programas institucionais de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrado(s) no sistema. Todos estão atualizados.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídico - M14829